

**HABEAS CORPUS Nº 514.186 - MG (2019/0162073-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : CAMILO LELIS FELIPE CURY E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CAMILO LELIS FELIPE CURY - MG104122  
TIAGO FLISCH RODRIGUES - MG148744  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : WESLEY KLEYNER DE CAMPOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WESLEY KLEYNER DE CAMPOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.033471-4/000.

Consta do autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 23/03/2019, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n.º 10.826/2003. A custódia foi convertida em preventiva (fls. 73-74).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que foi prejudicado, em parte, e, no mais, denegada a ordem (fls. 82-93).

Neste *writ*, os Impetrantes alegam, em suma: a) ausência dos requisitos da custódia preventiva; b) inexistência de fundamentação idônea para a prisão processual; c) suficiência de cautelares alternativas; d) direito de extensão dos efeitos da decisão que revogou a prisão cautelar da Corrê Priscila D'Arc da Silva.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, tendo em vista o Magistrado de piso, ao motivar a conversão da prisão em flagrante em preventiva, consignou que "*os envolvidos já ostentam registros criminais*" (fl. 74).

Como se percebe, os fundamentos da segregação cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, porquanto o Paciente apresenta registros criminais. Tal circunstância é apta, em uma primeira análise, a justificar a imposição da prisão cautelar para a garantia da ordem pública.

No que se refere ao pedido de extensão dos efeitos da decisão que revogou a prisão cautelar da Corré Priscila D'Arc da Silva, observa-se, em juízo sumário, que não foi apreciado pela Corte estadual, de modo que não pode ser conhecida originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação da custódia do Paciente.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora